

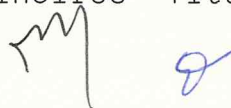
ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁ  
RIA DO CONAMA.

9/5/71

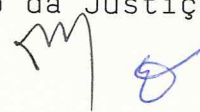
001 - Aos 9 dias do mês de maio do ano de hum mil  
002 - novecentos e noventa e hum, às nove e trinta horas, no  
003 - auditório nº 01 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e  
004 - dos Recursos Naturais Renováveis-IBAMA, foi realizada a 9ª  
005 - Reunião Extraordinária do CONAMA, que contou com a presença  
006 - dos seguintes conselheiros: Dr. EDUARDO DE SOUZA MARTINS,  
007 - Secretário do Meio Ambiente e Presidente do CONAMA - em  
008 - Exercício; Drª TÂNIA MARIA TONELLI MUNHOZ, Presidente do  
009 - IBAMA e Secretária-Executiva do CONAMA; Dr. CELSO SALATINO  
010 - SCHENKEL, Secretário-Executivo do CONAMA - substituto; Drª  
011 - MÍRIAM PROCHNOW, Conselheira Titular Representante da Região  
012 - sul; Dr. FRANCISCO XAVIER IGLESIAS ALVES PEREIRA e Drª PAULA  
013 - FRANSINETE LINS DUARTE, Conselheiros Titular e Suplente,  
014 - respectivamente, representantes da Região Nordeste; Drª  
015 - FERNANDA COLAGROSSI, Conselheira Titular representante da  
016 - Região Sudeste; Dr. VIVALDO DE OLIVEIRA REIS FILHO,  
017 - Conselheiro Suplente representante da Região Norte; Dr. JOSÉ  
018 - DOMINGUES DE GODOY FILHO, Conselheiro Titular Representante  
019 - da Região Centro-Oeste; Dr. AILTON ALVES LACERDA, Conse  
020 - lheiro Titular representante do Fórum da Aliança dos Povos  
021 - da Floresta; Drª MAGDA RENNER, Conselheira Titular Represen  
022 - tante da Ação Democrática Feminina Gaúcha Amigos da Terra;  
023 - Dr. MELQUIADES PINTO PAIVA, Conselheiro Suplente represen  
024 - tante da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza;  
025 - Dr. PEDRO DE FARIA BURNIER, Conselheiro Suplente represen

026 - tante da Confederação Nacional da Agricultura; Dr. LEOPOLDO  
027 - BRANDÃO, Conselheiro Suplente representante da Confederação  
028 - Nacional do Comércio; Dr. JOSÉ VIEIRA DO NASCIMENTO, Conse  
029 - lheiro Suplente representante da Confederação Nacional da  
030 - Indústria; Drª MARIA CRISTINA YUAN, Conselheira Suplente  
031 - representante do Instituto Brasileiro de Siderurgia; Dr.  
032 - GERALDO DE MELO MOURA, Conselheira Titular representante do  
033 - Governo do Estado do Acre; Dr. ANTONIO CARLOS DA SILVA  
034 - FARIAS e Drª ALCIONE MARIA CARVALHO CAVALCANTE, Conselheiros  
035 - Titular e Suplente, respectivamente, representantes do  
036 - Governo do Estado do Amapá; Dr. JOSÉ BELFORT DOS SANTOS  
037 - BASTOS e Dr. ARI DÉLCIO CAVEDON, Conselheiros Titular e  
038 - Suplente, respectivamente, representantes do Governo do  
039 - Estado do Amazonas; Dr. WALDECK VIEIRA ORNELLAS e Dr. DURVAL  
040 - FREIRE DE CARVALHO OLIVIERI, Conselheiros Titular e  
041 - Suplente, respectivamente, representantes do Governo do  
042 - Estado da Bahia; Dr. FRANCISCO EDUARDO ARAÚJO SOARES,  
043 - Conselheiro Suplente representante do Governo do Estado do  
044 - Ceará; Drª MARIA DO CARMO LIMA BEZERRA, Conselheira Suplente  
045 - representante do Governo do Distrito Federal; Dr. ALMIR  
046 - BRESSAN JÚNIOR, Conselheiro Titular representante do Governo  
047 - do Estado do Espírito Santo; Dr. EUGÊNIO ALANO MACHADO e Dr.  
048 - FERNANDO VIEIRA DE BARROS, Conselheiros Titular e Suplente,  
049 - respectivamente, representantes do Governo do Estado de  
050 - Goiás; Dr. FERNANDO CÉSAR DE MOREIRA MESQUITA, Conselheiro  
051 - Titular representante do Governo do Estado do Maranhão; Dr.  
052 - EUCÁRIO ANTUNES QUEIROZ, Conselheiro Titular representante  
053 - do Governo do Estado do Mato Grosso; Drª EMIKO KAWAKAMI DE  
054 - RESENDE e Dr. EDSON ESPÍNDOLA CARDOSO, Conselheiros Titular



055 - e Suplente, respectivamente, representantes do Governo do  
056 - Estado do Mato Grosso; Dr. OCTÁVIO ELÍSIO ALVES DE BRITO,  
057 - Conselheiro Titular representante do Governo do Estado de  
058 - Minas Gerais; Dr. ERNANI GUILHERME FERNANDES DA MOTTA e Dr<sup>a</sup>  
059 - MARIA MARGARIDA AZEVEDO B. LEAL, Conselheiros Titular e  
060 - Suplente, respectivamente, representantes do Governo do  
061 - Estado do Pará; Dr<sup>a</sup> MARIA CLÁUDIA MIBIELLI KOHLER, Conse  
062 - lheira Titular representante do Governo do Estado da  
063 - Paraíba; Dr. JOSÉ TADEU BENTO FRANÇA, Conselheiro Titular  
064 - representante do Governo do Estado do Paraná; Dr. GUSTAVO  
065 - MAIA GOMES e Dr. ANTONIO LOPES DE MENEZES, Conselheiros  
066 - Titular e Suplente, respectivamente, representante do  
067 - Governo do Estado de Pernambuco; Dr. ANTONIO ADALA CARNIB,  
068 - Conselheiro Titular representante do Governo do Estado do  
069 - Piauí; Dr. CLÁUDIO DILDA, Conselheiro Suplente representante  
070 - do Governo do Estado do Rio Grande do Sul; Dr. FRANCISCO  
071 - JOSÉ SILVEIRA PEREIRA, Conselheiro Titular representante do  
072 - Governo do Estado de Rondônia; Dr. ANSELMO ANTONIO HESS,  
073 - Conselheiro Suplente representante do Governo do Estado de  
074 - Santa Catarina; Dr. ALAÔR CAFÉ ALVES e Dr. ANTONIO AUGUSTO  
075 - DA COSTA FARIA, Conselheiros Titular e Suplente, respectiva  
076 - mente, representantes do Governo do Estado de São Paulo;  
077 - Cel. Aviador HORÁCIO FRANCISCO MISIEC, Conselheiro Titular  
078 - representante do Ministério da Aeronáutica; Dr. JOSÉ  
079 - FERNANDO MORAES GOMES, Conselheiro Suplente representante do  
080 - Ministério da Agricultura e Reforma Agrária; Prof<sup>a</sup> NELI  
081 - GONÇALVES DE MELO, Conselheira Suplente representante do  
082 - Ministério da Educação; Dr<sup>a</sup> MARENY TOMAS G. DE OLIVEIRA,  
083 - Conselheira Suplente representante do Ministério da Justiça;



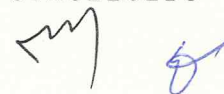
084 - Contra-Almirante ROBERTO COSTA FERRENHO e Cap. de Fragata  
085 - ÊNIO REINALDO FRISCHEISEN, Conselheiros Titular e Suplente,  
086 - respectivamente, representantes do Ministério da Marinha;  
087 - Dr. NESTOR DA COSTA BORBA, Conselheiro Suplente represen  
088 - tante do Ministério da Saúde; Dr. JOSÉ OLYMPIO DE FREITAS  
089 - AZEVEDO, Conselheiro Titular representante do Ministério do  
090 - Trabalho e da Previdência Social; Dr. JOSÉ BELIZÁRIO NUNES,  
091 - Conselheiro Titular representante da Secretaria do Desenvol  
092 - vimento Regional; Dr. VICTOR ALEXANDRE BITTENCOURT SUCUPIRA  
093 - e Dr. RODNEY RITTER MORGADO, Conselheiros Titular e  
094 - Suplente, respectivamente representante do IBAMA. Também  
095 - presentes na reunião as seguintes autoridades: Dr. Luiz  
096 - Leme Venturoso, representando o Deputado Fábio Meirelles;  
097 - Deputada Federal Maria Valadão; Dr. Carlos Cardoso Aveline,  
098 - do Fórum Brasileira de ONG's para ONU/92; Dr. Sérgio Grein  
099 - Teixeira, do MINFRA; Dr. Jorge Paulo F. Alves, da Assessoria  
100 - do Senador Márcio Lacerda; Dr. Marcos N. Magalhães, da  
101 - Assessoria do Senador Espiridião Amin; Dr. Aloysio Costa  
102 - Júnior, da SEMAM. O Presidente do CONAMA - em Exercício,  
103 - agradeceu a presença de todos e fez a abertura da sessão  
104 - esclarecendo que a posse dos novos conselheiros, apesar de  
105 - estarem formalmente definidos, será dada na próxima reunião  
106 - ordinária. Apresentou um pedido de desculpas do Prof.  
107 - Lutzenberger, que não teve condições de participar da  
108 - reunião em função de uma viagem ao Japão a convite daquele  
109 - Governo. Explicou aos conselheiros que o objetivo da  
110 - convocação daquela reunião seria fazer uma primeira  
111 - discussão a respeito da Política de Meio Ambiente para o  
112 - resto desse Governo e iniciou uma explanação a respeito da



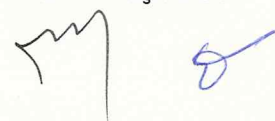
113 - proposta de política, analisando a evolução que a questão  
114 - ambiental vem sofrendo no país e no mundo e os problemas  
115 - enfrentados por ela. A seguir passou a palavra à Secretária-  
116 - Executiva que lamentou a demora para apresentação do  
117 - documento e ao final de sua explanação acrescentou que  
118 - quanto ao documento era preciso engrandecê-lo e colocar  
119 - questões que talvez tenha sido esquecidas mas que nele  
120 - estavam as propostas sintetizadas de como a SEMAM e o IBAMA  
121 - pretendeu conduzir a política nesse Governo. Após a breve  
122 - explanação do Presidente onde explicou a forma de chegar às  
123 - indicações, diretrizes, objetivos e ações foi franqueada a  
124 - palavra aos conselheiros. O Dr. Carlos Aveline, do Fórum  
125 - Brasileiro de ONG's para a ONU/92, fez uso da palavra para  
126 - ler um documento que foi aprovado na última reunião das  
127 - ONG's em São Paulo. O Conselheiro representante do Governo  
128 - do Estado de Minas Gerais fez uso da palavra para deixar  
129 - claro que se o Governo Federal não assumir que a questão do  
130 - Meio Ambiente deve ter um tratamento orçamentário diferente  
131 - e que não se pode implementar política ambiental sem  
132 - recursos, meio ambiente e IBAMA não podem estar sujeito a  
133 - contingenciamento de recursos a que estão sendo submetidos  
134 - essas áreas de Governo. Solicitou também que o documento  
135 - lido pelo representante do Fórum Brasileiro de ONG's para  
136 - ONU/92 ficasse registrado na íntegra como vem a seguir:  
137 - "Considerando a atual militarização da política ambiental do  
138 - Governo Federal um dos seus diversos aspectos inclusive no  
139 - que se refere a recursos hídricos, recursos minerais, na  
140 - questão indígena, zoneamento econômico-ecológico do  
141 - território; considerando que a Secretaria de Assuntos

7 8

142 - Estratégicos-SAE, ex-SNI, assumiu a Secretaria-Executiva do  
143 - órgão superior do meio ambiente do país, que é o Conselho de  
144 - Governo, desde 15/03/90; considerando que a SAE coordena  
145 - oficialmente o programa nuclear paralelo atualmente imple  
146 - mentado por diferentes setores das forças armadas e sem  
147 - controle da Sociedade Civil, ao contrário do reza a Consti  
148 - tuição Brasileira de 1988 (art. 21); considerando que a  
149 - exploração mineral predatória continua correndo sem controle  
150 - não só em terras indígenas mas em toda a Amazônia; conside  
151 - rando que continuam os processos de destruição da Região  
152 - Amazônica através de usinas hidroelétricas siderúrgicas que  
153 - usam carvão vegetal feito com a floresta nativa e outros  
154 - empreendimentos ecologicamente sustentáveis; considerando  
155 - que o processo de sucateamento dos órgãos federais do meio  
156 - ambiente é hoje ainda mais grave do que antes de 15/03/90,  
157 - quando assumiu o atual Governo e que hoje eles se encontram  
158 - quase que imobilizados com a falta de recursos para atuar;  
159 - considerando que uma grande omissão ou falta de vontade  
160 - política impede a demarcação e implementação efetiva das  
161 - reservas extrativistas, terras indígenas e unidades de  
162 - conservação; considerando também a atual política de  
163 - controle da natalidade através de esterilização em massa de  
164 - mulheres brasileiras e da atribuição e a venda de anticoncep  
165 - tivos químicos nocivos a saúde; considerando que a real  
166 - intenção política do Governo Federal esta sendo ocultada por  
167 - uma estratégia de marketing de sua Secretaria de Meio  
168 - Ambiente e que o Governo está promovendo direta ou indireta  
169 - mente destruição ambiental e violação dos direitos humanos  
170 - fundamentais da população amazônica e do povo brasileiro



171 - como um todo o Fórum Brasileiro de ONG's para 1992 entende:  
172 - que é fundamental o afastamento da Secretaria de Assuntos  
173 - Estratégicos-SAE e setores militares das diversas áreas da  
174 - Política Nacional do Meio Ambiente: é preciso desmilitarizar  
175 - a política ambiental no nosso país e submetê-la ao controle  
176 - e à participação da ampla sociedade brasileira onde o Fórum  
177 - de ONG's está inserido". O Dr. Antonio Adala Carnib fez uso  
178 - da palavra para demonstrar preocupação com o fato de não ter  
179 - visto nenhuma menção no documento distribuído, o problema da  
180 - desertificação do Nordeste. Após muitas discussões a  
181 - respeito do documento apresentado o Plenário decidiu acatar  
182 - a proposta que o representante do Governo do Estado de Minas  
183 - Gerais em conjunto com o representante do IBAMA formularam  
184 - que consiste em: 1) que seja desencadeado desde já uma ampla  
185 - discussão sobre as diretrizes nacionais de meio ambiente e  
186 - do conteúdo do documento apresentado; 2) que as secretarias  
187 - estaduais de meio ambiente sejam canais para essa mobiliza  
188 - ção e discussão com a sociedade em cada Unidade da Fede  
189 - ração; 3) que os municípios e áreas metropolitanas através  
190 - de suas secretarias de órgãos ambientais sejam também  
191 - convocados a participar desse processo; 4) que as propostas  
192 - dessa discussão e as sugestões dos membros do CONAMA sejam  
193 - enviados à Secretaria-Executiva do CONAMA até 31 de julho  
194 - onde um grupo de 8 pessoas sendo 2 representantes do Governo  
195 - Federal (SEMAM e IBAMA), 2 representantes dos Estados, 2  
196 - representantes de entidades não governamentais e 2 de  
197 - entidades privadas. O grupo terá como objetivo consolidar um  
198 - documento com todas as propostas dos conselheiros. A seguir  
199 - o Presidente passou a apresentação e votação das moções.



200 - Moção de repúdio ao Presidente da República e ao Ministro da  
201 - Economia, Fazenda e Planejamento a contenção do orçamento  
202 - aprovado pelo Congresso Nacional referente aos recursos  
203 - destinados ao meio ambiente, ao Fundo Nacional do Meio  
204 - Ambiente, SEMAM e ao IBAMA. Moção encaminhada pelo representante  
205 - do Governo do Estado de Minas Gerais ao Presidente da  
206 - República afirmando que no Brasil, política ambiental é  
207 - feita por SEMAM e IBAMA. Moção encaminhada pelo Conselheiro  
208 - representante do Governo do Estado do Maranhão ao Presidente  
209 - da República e a SAE para que o Governo Federal passe a  
210 - responsabilidade de elaboração do zoneamento econômico-ecoló  
211 - gico aos Estados, que conste também na moção a solicitação  
212 - de que a Secretaria do Meio Ambiente transfira os recursos  
213 - para os estados através de convênio para que os estados  
214 - possam viabilizar a elaboração do zoneamento econômico-  
215 - ecológico. Que conste também que os estados na definição das  
216 - metodologias e os produtos tenham obrigatoriamente a  
217 - participação das entidades e os produtos tenham obrigatorial  
218 - mente a participação das entidades não governamentais. Não  
219 - havendo mais inscritos, o Presidente deu por encerrada a 9ª  
220 - Reunião Extraordinária do CONAMA, da qual foi lavrada a  
221 - presente síntese de Ata em Brasília-DF, 04 de junho de 1991.